

Handwritten text in a cursive script, likely a signature or a note, located at the top of the left page.

ADAM SMITH EM PEQUIM



# ADAM SMITH EM PEQUIM ORIGENS E FUNDAMENTOS DO SÉCULO XXI GIOVANNI ARRIGHI

*Tradução* Beatriz Medina  
*Apresentação* Theotonio dos Santos

## O DESAFIO DA “ASCENSÃO PACÍFICA”

“O olho do furacão do mundo se deslocou [...] para a China. Quem entender esse poderoso império [...] terá a chave da política do mundo pelos próximos quinhentos anos.” Foi assim que, em 1899, John Hay, secretário de Estado norte-americano, anunciou a Política de Portas Abertas que exigia para os Estados Unidos acesso comercial à China igual ao das outras grandes potências. Ao citar Hay mais de um século depois, Richard Holbrooke, ex-embaixador norte-americano nas Nações Unidas, afirmou que hoje “tudo é diferente e nada mudou”. De “formas muito diferentes, os Estados Unidos ainda buscam uma porta aberta; o secretário do Tesouro e o Congresso enraivecido malham a China para que ela valorize sua moeda e dê às empresas norte-americanas maior possibilidade de concorrer com a grande economia que mais cresce no mundo”<sup>1</sup>.

Com o devido respeito a Holbrooke, nesse aspecto a situação atual é radicalmente diferente da de um século atrás. Sob as regras da OMC, os Estados Unidos têm acesso comercial à China igual ao de qualquer outro país. Mais ainda, quando a China entrou para a OMC, em 2001, “concordou com um dos programas mais rápidos de corte de tarifas de importação e de abertura de mercado já aceito pelos novos membros” e, apesar dos problemas, “cumpriu os prazos e aprovou as leis”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Richard Holbrooke, “China Makes Its Move”, *The Washington Post*, 27/5/2005.

<sup>2</sup> Howard Winn, “Accession has Brought Changes to China and OMC”, *International Herald Tribune*, 7/11/2005. Entre outras coisas, a China só teve permissão de entrar para a OMC depois que concordou em deixar que outros membros da organização restringissem a exportação chinesa de tecidos e roupas caso tais exportações crescessem demais e causassem problemas no mercado. Em 2005, tanto a União Europeia quanto os Estados Unidos se aproveitaram do acordo para impor cotas às importações da China. Ver James Kanter e Keith Bradsher, “A Return to Quotas”, *The New York Times*, 9/11/2005.



O problema das relações sino-americanas na virada do século XXI não é mais o acesso comercial dos Estados Unidos à China. É o fato de que a China substituiu os Estados Unidos como grande economia que mais cresce no mundo e busca o mesmo acesso comercial aos Estados Unidos que têm outros Estados. Nos termos da metáfora de Hay, o problema não é que o olho do furacão do mundo tenha se deslocado para a China – o que é mais verdadeiro hoje do que há um século. O problema é a noção generalizada nos Estados Unidos de que a “tempestade vermelha” centrada na China, como afirmou Lou Dobbs em seu programa de 27 de junho de 2005 na CNN, “está batendo em nossas praias”.

Depois de cozinhar durante anos, a questão a respeito de até que ponto os Estados Unidos devem abrir a “porta” para as exportações e para os investimentos chineses ferveu no pânico gerado pelo lance da China National Offshore Oil Company (CNOOC) no caso da venda da empresa petrolífera norte-americana Unocal. Embora a Unocal já tivesse concordado com a compra pela Chevron, como acabou ocorrendo, em 30 de junho o Congresso aprovou uma resolução, por 398 votos a 15, que afirmava que permitir à CNOOC comprar a Unocal poderia “pôr em risco a segurança nacional dos Estados Unidos”. Os ânimos acirraram-se. Um diretor da CIA durante o governo Clinton chamou a CNOOC de veículo empresarial de “uma ditadura comunista”, repetindo a retórica da “tempestade vermelha” de Dobbs. Uma autoridade graduada do Departamento de Defesa do governo Reagan descreveu a iniciativa da CNOOC como passo para conceder à China os recursos necessários “para suplantam os Estados Unidos como maior potência econômica do mundo e, caso necessário, nos derrotar militarmente”<sup>3</sup>.

Por mais difícil que seja dizer onde acaba o anticomunismo da Guerra Fria e onde começa a angústia com o surgimento de um novo concorrente, o pânico de 2005 com o lance da CNOOC pela Unocal lembra a ansiedade dos norte-americanos em razão da “ameaça japonesa” do fim da década de 1980. Naquela época, recorda Doug Henwood, afirmou-se que

depois de destruir nossa base industrial com concorrência “desleal”, os japoneses passaram a comprar o patrimônio norte-americano, como bônus do Tesouro, o Rockefeller Center e o MCA. É claro que a verdadeira ameaça era os Estados Unidos estarem enfrentando um forte concorrente econômico. [...] O fato de ser asiático deu aos ansiosos uma reserva profunda de veneno para usar. Então a bolha japonesa explodiu e a ameaça do perigo amarelo recuou. Mas está de volta, desta vez com rosto chinês.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Steve Lohr, “Who’s Afraid of China Inc.?”, *The New York Times*, 24/7/2005.

<sup>4</sup> Doug Henwood, “Chinese Shark Attack!”, *The Nation*, 12/7/2005.

Até observadores como Krugman, que quinze anos atrás havia instado o público norte-americano a não entrar em pânico com a compra de empresas norte-americanas por japoneses, sentiu que o “desafio chinês parece bem mais grave que o japonês”. Krugman não viu “nada de chocante” no fato de os chineses não parecerem mais “satisfeitos com o papel de financiadores passivos [da dívida externa norte-americana] e exig[ir]em o poder que vem com a propriedade”. Na verdade, os Estados Unidos deviam se sentir aliviados de os chineses quererem usar seus dólares para comprar empresas norte-americanas, em vez de levá-las à falência. Mas ele viu duas razões pelas quais o investimento chinês difere do japonês de quinze anos atrás. Uma delas é que os chineses não demonstram tendência a “desperdiçar tanto dinheiro [com investimentos de prestígio] quanto os japoneses”. Portanto, os investimentos chineses prometem ser um subsídio menor para os Estados Unidos que os japoneses. Mas a razão mais importante é que “a China, ao contrário do Japão, parece mesmo estar surgindo como rival estratégico dos Estados Unidos e concorrente no acesso a recursos escassos”. Isso fez do lance chinês pela compra da Unocal, empresa de energia de alcance global, “mais do que mera proposta de negócios”.

A Unocal parece ser [...] exatamente o tipo de empresa que o governo chinês gostaria de controlar caso tenha em mira certo tipo de “jogo grande”, em que as maiores potências econômicas se acotovelam pelo acesso ao petróleo longínquo e às reservas de gás natural. (Comprar uma empresa é bem mais barato, em vidas e dinheiro, do que invadir um país produtor de petróleo.) [...] Se fosse comigo, eu impediria o lance chinês pela Unocal. Mas seria bem mais fácil assumir essa posição caso os Estados Unidos não dependessem tanto da China, não só para comprar títulos da dívida, mas também para ajudar os Estados Unidos a lidar com a Coreia do Norte, agora que as forças armadas norte-americanas estão atoladas no Iraque.<sup>5</sup>

Parece que todos os sintomas da síndrome da China discutidos no capítulo 7 são visíveis nesse diagnóstico. Os ataques do 11 de Setembro deram aos neoconservadores do governo Bush a oportunidade áurea que vinham esperando para invadir o Iraque, com o duplo objetivo de superar a síndrome do Vietnã e aumentar o controle norte-americano sobre as fontes globais de energia. Embora o envolvimento na frente asiática ocidental significasse deixar de lado a campanha para conter a China havia muito defendida pelos neoconservadores, aos olhos deles era sensato esperar que a vitória rápida e fácil no Iraque criasse condições extremamente favoráveis para voltar à campanha com mais eficácia. Entretanto, no verão de 2004 já era óbvio que a invasão do Iraque não atingiria seus objetivos originais

<sup>5</sup> Paul Krugman, “The Chinese Challenge”, *International Herald Tribune*, 28/6/2005.



e que, ao contrário, vinha facilitando a consolidação e a expansão do poder econômico e político da China na Ásia oriental e fora dela. Assim, nos círculos próximos ao governo Bush começou a insinuar-se a sensação de que a campanha para conter a China estava perdendo ímpeto e chegara a hora de criar alternativas mais realistas para o fracassado plano neoconservador.

O objetivo deste capítulo é examinar três dessas alternativas, os problemas que apresentam e as razões pelas quais a política norte-americana diante da China tem se caracterizado pela mistura incoerente das três. Todas foram propostas por conservadores, mas constituem possibilidades lógicas diferentes que, em suas variantes, pode-se esperar, conduzam a política norte-americana, seja qual for o partido que comande o galinheiro em Washington. É difícil dizer que plano acabará prevalecendo. Tudo o que podemos afirmar com certeza é que a retórica antichinesa atravessa as linhas partidárias e é improvável que um governo democrata se afaste do repertório de políticas aqui descrito.

### *Fazendo as pazes com a ascensão da China*

Os Estados Unidos têm o hábito de mandar à China mensagens “estranhamente confusas”.

Jogue no campo capitalista, mas não seja bom a ponto de se tornar um dos astros. Eis a mensagem que, na melhor das hipóteses, assim como no caso da difamação do Japão na década de 1980, é paranóica e, na pior, racista. A nós, do Ocidente, pode-se confiar enorme poder econômico, mas não aos filhos de um deus menor.<sup>6</sup>

O pânico do lance da CNOOC na compra da Unocal provocou mensagens ainda mais contraditórias. “Entregamos à China o dinheiro que eles estão usando para tentar comprar a Unocal”, disse Clyde V. Prestowitz, autoridade comercial do governo Reagan. “E agora dizemos aos chineses: ‘Por favor, continuem investindo em nossos títulos, mas não invistam nem uma fatiazinha de seu lucro em empresas petrolíferas’. Isso é de fato confuso e hipócrita de nossa parte.”<sup>7</sup> Pior ainda, os legisladores que “autorizaram a conquista ‘preventiva’ do país com a segunda maior reserva de petróleo do planeta [estão] agora questionando o direito da China de comprar uma empresa multinacional sediada nos Estados Unidos usando os dólares que ganhou com a exportação legal de produtos”. Embora os asiáticos “[não] devam se sentir nem um pouco ameaçados [pelo fato de a] Unocal ser proprietária

de jazidas naturais de gás em seu continente”, tanto democratas quanto republicanos alegam o direito norte-americano de impedir que os chineses comprem a Unocal por razões de segurança nacional, apesar do fato de os Estados Unidos serem “o único país com poderio militar para implantar ou impedir o bloqueio mundial do [petróleo] ou de qualquer outro recurso vital”<sup>8</sup>.

Essas mensagens contraditórias e o caso da CNOOC como um todo foram um dos motivos pelos quais a política norte-americana passou a ter uma postura mais beligerante e antichinesa. Já na convenção republicana de agosto de 2004, em Nova York, foi proclamado que “os Estados Unidos ajudarão Taiwan a se defender”. Naquele mesmo verão, a marinha norte-americana realizou a Operação Pulso do Verão 2004, que incluiu a mobilização simultânea no mar de sete dos doze grupos norte-americanos de ataque a cargueiros. Embora somente três desses grupos tenham ido para o Pacífico, a demonstração de força alarmou profundamente os chineses. Para acalmar as coisas, em 26 de outubro o secretário de Estado, Colin Powell, declarou à imprensa de Pequim que “Taiwan não é independente. Não goza de soberania como nação e essa continua a ser a nossa política, a nossa política firme [...]. Não queremos que nenhum dos lados adote ações unilaterais que prejudiquem o resultado final, a reunificação buscada por todos”<sup>9</sup>.

Apesar da declaração inequívoca de Powell, depois das eleições de novembro e da transição do Departamento de Estado das mãos de Powell para as de Rice, a política norte-americana adotou visivelmente uma postura agressiva contra os chineses. Em 19 de fevereiro de 2005, os Estados Unidos e o Japão assinaram novo acordo militar e divulgaram uma declaração na qual, pela primeira vez, o Japão se uniu aos Estados Unidos para definir a segurança no estreito de Formosa como “objetivo estratégico comum”. “Nada poderia ser mais assustador para os líderes chineses”, observa Chalmers Johnson, “do que a revelação de que o Japão decididamente deu fim a seis décadas de pacifismo oficial ao reivindicar o direito de intervir no estreito de Formosa.”<sup>10</sup> A agência de notícias oficial Nova China descreveu a declaração conjunta como “sem precedentes” e citou uma autoridade do Ministério do Exterior que teria dito que a China “se opõe resolutamente a que os Estados Unidos e o Japão divulguem quaisquer documentos bilaterais sobre a Taiwan chinesa que interfiram nos assuntos internos da China e firam a soberania do país”<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> Robert Scheer, “On China at Least, Nixon was Right”. Ver também Amy Myers Jaffe, “China’s Oil Thirst: Wasted Energy”, *International Herald Tribune*, 28/7/2005.

<sup>9</sup> Chalmers Johnson, “No Longer the ‘Lone’ Superpower: Coming to Terms with China”, p. 7.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Citado em Michael T. Klare, “Revving Up the China Threat: New Stage in US China Policy”, *Japan Focus*, 13/10/2005.

<sup>6</sup> Robert Scheer, “On China at Least, Nixon was Right”, *Los Angeles Times*, 26/7/2005.

<sup>7</sup> Citado em Steve Lohr, “Who’s Afraid of China Inc.?”



Alguns meses depois, em 4 de junho, Rumsfeld fez um discurso numa conferência estratégica em Singapura no qual observou que a China “parece estar expandindo seu poderio em mísseis, permitindo-lhe alcançar alvos em muitas regiões do mundo”, e, além disso, vem “melhorando sua capacidade de projetar poder” na região. Depois, perguntou: “Já que nenhum país ameaça a China, devemos perguntar: Por que esse investimento crescente? Por que essas compras de armas, sempre grandes e cada vez maiores? Por que essa mobilização robusta e constante?”. Considerando que os aviões e os navios de guerra norte-americanos patrulham constantemente o litoral chinês; que os mísseis nucleares norte-americanos estão apontados para a China; que bases norte-americanas cercam a China por todos os lados; e que nos últimos dez anos os Estados Unidos entregaram armas cada vez mais potentes a Taiwan, tudo isso considerado, como observa Michael Klare, “esses comentários devem ter sido espantosos” para Pequim. Espantosos ou não, os comentários “exibiram grau maior de beligerância contra a China do que todas as declarações oficiais norte-americanas desde o 11 de Setembro e assim foram retratadas, em geral, pela imprensa norte-americana e asiática”<sup>12</sup>.

Um mês depois, um relatório sobre a capacidade de combate dos chineses, divulgado pelo Pentágono, confirmou a postura beligerante. Embora o documento destacasse tanto os pontos fracos quanto os pontos fortes da instituição militar chinesa, a tese principal era de que a China vinha expandindo sua capacidade de travar guerras fora de seu território e que isso constitui um desafio perigoso à ordem global. “O ritmo e o alcance da escalada militar da China já chegam ao ponto de pôr em risco o equilíbrio militar regional”, afirmava o relatório. “As tendências atuais de modernização militar da China podem dar ao país poderio militar capaz de realizar uma série de operações militares na Ásia, bem além de Taiwan, o que potencialmente constituiu uma ameaça verossímil às modernas forças armadas que operam na região.” Os chineses reagiram prontamente. Numa reunião convocada às pressas, uma autoridade do Ministério do Exterior disse ao embaixador norte-americano que o relatório disseminava de forma proposital a teoria da “ameaça chinesa”. “Ele interfere grosseiramente nos assuntos internos da China e é uma provocação contra as relações entre a China e outros países.”<sup>13</sup>

Na época em que o pânico gerado pelo lance da CNOOC na compra da Unocal ferveu no Congresso e na mídia, o governo Bush já havia retomado a campanha para conter e, se possível, reduzir o poder chinês. Nesse aspecto, contudo, por estar distraído com a guerra no Iraque, o governo ficou atrás do Congresso em termos

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.

de sentimento antichinês, principalmente na questão do déficit comercial dos Estados Unidos e das práticas chinesas supostamente desleais que estariam na sua origem. Na verdade, podemos interpretar que a retomada, por parte do governo de iniciativas antichinesas na esfera geopolítica visava contrabalançar a pressão do Congresso pelo aumento das iniciativas antichinesas na esfera comercial.

Tudo isso está incluído na distinção que o neoconservador Max Boot faz entre “a boa e a má difamação da China”. Como explicou,

a má difamação concentra-se nas queixas sobre a inundação de mercadorias chinesas em nosso mercado. O fato é que o sucesso delas mostra a falta de competitividade em nossa economia. Mas os comentários de Rumsfeld [de que a China está gastando demais com o orçamento militar e não está avançando rápido o suficiente em direção a um “governo mais aberto e representativo”] são boa difamação, porque o rápido acúmulo de armas na China [...] [ameaça] Taiwan e poderia provocar uma corrida armamentista que levaria Japão, Coréia do Sul e Taiwan a ter armas nucleares.

Na opinião de Boot, é por isso que os chineses deveriam frear os gastos militares, apesar de os gastos militares dos Estados Unidos serem cinco a dez vezes maiores que os da China, e aceitar o *status quo* asiático, com as tropas norte-americanas para garantir a seguranç a regional<sup>14</sup>.

Os argumentos de Boot são bastante coerentes com a doutrina de Seguranç a Nacional de setembro de 2002, segundo a qual as tropas norte-americanas “serão suficientemente fortes para dissuadir possíveis adversários de buscar o crescimento militar na esperanç a de ultrapassar ou igualar o poderio dos Estados Unidos”. No entanto, no novo clima de sensibilidade global   atitude agressiva dos Estados Unidos e   crescente dependência econômica destes em relação à China, o governo Bush teve de ir mais devagar na tentativa de preservar o poderio norte-americano. Daí a relutância em pôr em prática iniciativas protecionistas que provocassem medidas retaliativas por parte da China capazes de aumentar os juros norte-americanos com consequências deflacionárias imprevisíveis sobre os gastos de consumo e a construção norte-americanos. Como explicou Ben S. Bernanke, presidente do Conselho de Assessoria Econ mica do presidente Bush (hoje presidente do Federal Reserve), em julho de 2005, o governo norte-americano achava que tinha “pouca opção além de ser paciente” no trabalho de criar condições para a troca de papéis que faria dos Estados Unidos uma nação mais produtora, aumentaria a exportação para a Ásia e induziria a Ásia, principalmente a China, a adotar um papel mais de consumidora<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Citado em Roger Cohen, “Shaping China’s Future Power”, *The New York Times*, 12/6/2005.

<sup>15</sup> Louis Uchitelle, “China and the U. S. Embark on a Perilous Trip”, *The New York Times*, 23/7/2001.



Apesar da maior beligerância contra a China em questões geopolíticas (a “boa difamação da China” de Boot), as dificuldades no Iraque exigiram postura mais realista até mesmo nessa esfera. O novo “realismo nascido no Iraque, realização tão cara em termos da postura e da credibilidade norte-americanas no mundo que complicou, e pode tornar impraticáveis, todos os novos exercícios de ação preventiva na guerra ao terror”, logo se tornou evidente no “esforço para reparar alguns danos do primeiro [governo Bush] procurando os aliados, dando ouvidos a eles e tentando a ação cooperativa desde o Irã até o Kosovo”<sup>16</sup>. No entanto, foi difícil perceber essa postura mais realista nascida no Iraque no ponto em que ela seria mais importante: nas relações sino-americanas. Além disso, o que significaria “realismo” nas relações sino-americanas era (e ainda é) uma questão extremamente controversa, mesmo entre os conservadores. A enorme faixa de variação é bem ilustrada pelas posições radicalmente contrastantes de Robert Kaplan, Henry Kissinger e James Pinkerton.

### *Rumo a uma nova Guerra Fria?*

A posição de Kaplan é uma elaboração da estratégia de Mearsheimer para conter o poder chinês com uma “coalizão de equilíbrio”<sup>17</sup>. Como Mearsheimer, Kaplan defende que a emergência da China como grande potência é inevitável, assim como o choque dessa emergência com os interesses norte-americanos. “Sempre que grandes potências surgiram [...] (Alemanha e Japão nas primeiras décadas do século XX, para citar dois exemplos recentes), elas tenderam a ser bastante insolentes – e com isso lançaram as relações internacionais num violento torvelinho. A China não será exceção.” Muito legitimamente, na opinião de Kaplan,

os chineses [investiram] em submarinos movidos a diesel e a energia nuclear [...] não só para proteger sua plataforma costeira, mas também para [...] salvaguardar as rotas marítimas de transporte de recursos energéticos do Oriente Médio e de outras partes do mundo. Naturalmente, não confiam nos Estados Unidos [...] para fazer isso por eles. Dado o que está em jogo e dado o que a História nos ensina sobre os conflitos que surgem quando todas as grandes potências defendem interesses legítimos, é provável que o resultado seja o conflito militar conclusivo do século XXI; se não for uma grande guerra com a China, talvez uma série de impasses no estilo da Guerra Fria, que se estendem por anos e décadas.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Roger Cohen, “Shaping China’s Future Power”.

<sup>17</sup> As opiniões de Mearsheimer foram citadas no capítulo 7 e serão discutidas mais integralmente no capítulo 11.

<sup>18</sup> Robert D. Kaplan, “How We Would Fight China”, p. 50-1.

Para vencer essa nova Guerra Fria, os Estados Unidos “devem abordar o poder da maneira mais cautelosa, mecânica e utilitária possível, avaliando e reavaliando os equilíbrios regionais de poder”, sem se “deixar levar pelo arrebatamento do internacionalismo liberal e do intervencionismo neoconservador”. Como ocorreu no governo de presidentes republicanos moderados como George H. W. Bush, Gerald Ford e Richard Nixon, o gerenciamento dos riscos pode se tornar de novo uma “ideologia dominante”. Aventuras militares como a guerra contra o Iraque terão de ser cuidadosamente evitadas.

Mesmo que o Iraque se transforme numa história de sucesso democrático, com certeza será um sucesso arrancado das garras do fracasso, que ninguém, nas instituições militares ou diplomáticas, há de querer repetir – ainda mais na Ásia, onde as repercussões econômicas de uma aventura militar complicada seriam enormes [...], já que os Estados Unidos e a China [...] têm capacidade para continuar na luta mesmo que um ou outro perca uma grande batalha ou uma troca de mísseis.

Para evitar essa rota perigosa, Kaplan aconselha uma estratégia bismarckiana de contenção centrada no Comando Norte-Americano do Pacífico, conhecido como Pacom. Seguindo a linha do comentarista alemão Josef Joffe, ele afirma que a invasão do Afeganistão mostrou uma situação em que os Estados Unidos lembraram a Prússia de Bismarck. A Grã-Bretanha, a Rússia e a Áustria precisavam mais da Prússia do que umas das outras, tornando-as assim “raios” do “cubo da roda” de Berlim. A invasão do Afeganistão mostrou que os Estados Unidos podiam forjar coalizões diferentes em crises diferentes, porque as outras potências do mundo precisavam mais dos Estados Unidos do que umas das outras.

Infelizmente, os Estados Unidos não capitalizaram de imediato esse novo arranjo de poder, porque faltou ao presidente George W. Bush a sutileza e o autocontrole conciliante de Bismarck, que compreendia que um sistema desses só duraria enquanto ninguém o subjugassem. É claro que foi exatamente isso que o governo Bush fez na preparação da invasão do Iraque, o que levou França, Alemanha, Rússia e China, juntamente com uma série de potências menores como Turquia, México e Chile, a se unirem contra nós.<sup>19</sup>

Felizmente, contudo, o sistema bismarckiano ainda prosperava no Pacífico “auxiliado pelo pragmatismo de nossos oficiais lotados no Havaí, a cinco fusos horários de distância da estufa ideológica de Washington”. Na verdade, afirmou Kaplan, o Pacom “é uma versão muito mais pura da superestrutura imperial d

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 50.



Bismarck do que tudo o que o governo Bush criou antes de invadir o Iraque”. Ao negociar acordos bilaterais de segurança com países que têm poucos acordos dessa espécie entre si, as forças armadas norte-americanas criaram um tipo de aliança militar no Pacífico cujo centro é um “cubo de roda geográfico de relativo isolamento – as ilhas do Havái –, com raios que chegam a aliados importantes, como Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Singapura, Austrália, Nova Zelândia e Índia. Esses países, por sua vez, poderiam ser cubos secundários para nos ajudar a gerenciar os arquipélagos melanésio, micronésio e polinésio, entre outras regiões, e também o oceano Índico”<sup>20</sup>.

Esse “constructo grande, porém ágil”, desimpedido da burocracia diplomática, é um substituto “em pleno funcionamento” do sistema de alianças da segunda metade do século XX. “A guerra feita por comissões, como ocorre com a Otan, tornou-se simplesmente desajeitada demais para uma época que exige golpes leves e letais.” Forjar a interoperabilidade com forças asiáticas amistosas, movendo constantemente os soldados norte-americanos de um treinamento para outro, “seria um aperfeiçoamento com relação à Otan, cujas boas condições de combate foram prejudicadas pela inclusão das precárias forças armadas do antigo bloco oriental”. Além disso, “atualmente as tensões entre os Estados Unidos e a Europa impedem a integração militar, enquanto nossos aliados do Pacífico, com destaque para o Japão e para a Austrália, querem mais envolvimento militar com os Estados Unidos para contrabalançar a ascensão da marinha chinesa”. Apostar no Pacom não significa abandonar a Otan. Ao contrário, “a vitalidade da própria Otan [...] poderia ser reanimada pela Guerra Fria no Pacífico; na verdade, o ressurgimento da Otan como instrumento indispensável de combate deveria ser a meta inabalável dos Estados Unidos”.

A Otan é para nós liderarmos, ao contrário da União Européia, cada vez mais poderosa, cuja própria força de defesa, caso se torne realidade, surgiria inevitavelmente como poder regional concorrente, que poderia se alinhar com a China para alcançar o equilíbrio contra nós. [...] A Otan e a força de defesa européia autônoma não podem ambas prosperar. Só uma prosperará, e deveríamos desejar que fosse a primeira, de modo que a Europa seja para nós um patrimônio militar, não uma desvantagem, quando enfrentarmos a China.<sup>21</sup>

Em outras palavras, a ideia de que os Estados Unidos “não se envolverão mais no jogo ‘cínico’ da política do poder [...] é ilusória”. “Teremos constantemente de

afastar a China de várias partes do mundo, assim como Richard Nixon afastou a União Soviética de Estados não muito perfeitos em termos morais.” O palco será o Pacífico, em vez do Atlântico, e o ator principal será o Pacom, em vez da Otan. Mas o objetivo do jogo será praticamente o mesmo: “dissuadir a China de maneira tão sutil que, com o tempo, o mastodonte em ascensão seja atraído para o sistema de alianças do Pacom sem nenhuma grande conflagração – assim como a Otan acabou conseguindo neutralizar a União Soviética”. Kaplan adverte que o esforço norte-americano nessa direção “exigirá cuidado especial, porque a China, ao contrário da antiga União Soviética (ou da Rússia dos dias de hoje, aliás), gaba-se tanto do ‘poder duro’ quanto do ‘poder brando’”. Ao criar comunidades de negócios e postos diplomáticos, e ao negociar acordos de construção e de comércio no mundo todo, “os chineses estão se tornando os mestres da influência indireta”. Além disso,

os empresários amam a idéia da China. [...] A mistura chinesa de autoritarismo tradicional e economia de mercado goza de grande encanto cultural em toda a Ásia e em outras partes do mundo. E como a China vem melhorando o bem-estar material de centenas de milhões de cidadãos, a luta dos dissidentes não tem o mesmo apelo de mercado que a luta dos Sakharovs e dos Sharanskis da União Soviética.<sup>22</sup>

Sem dúvida, a estratégia da nova Guerra Fria de Kaplan reflete uma corrente de pensamento importante no governo Bush. Por exemplo, segundo um especialista em segurança asiática e ex-autoridade da Defesa, “a palavra da moda no Pentágono é ‘interoperabilidade’ entre Estados Unidos e Taiwan”. A cooperação está “mesmo chegando perto de restabelecer a aliança” que existia entre Taiwan e os Estados Unidos antes de Washington passar a reconhecer Pequim. Embora nem o Japão nem os Estados Unidos queiram admitir, um diplomata aposentado, hoje na Fundação Heritage, afirma que há “muito, muito mais do que se vê” nas trocas de informações entre as tropas japonesa e taiwanesa através do Comando Norte-americano do Pacífico<sup>23</sup>.

É mais importante ainda que se possam perceber elementos da estratégia de Kaplan no depoimento do comandante do Pacom, almirante William Fallon, no

<sup>22</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>23</sup> Mure Dickie, Victor Mallet, e Demetri Sevastopulo, “Washington is turning its attention from the Middle East to contemplate a previously disregarded threat that the Bush administration now sees as more worrying even than North Korea’s nuclear weapons programme” [Washington está desviando a atenção do Oriente Médio para contemplar uma ameaça antes desdenhada e que agora o governo Bush considera ainda mais preocupante que o programa de armas nucleares da Coreia do Norte], *Financial Times*, 7/4/2005.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 51, 54-5.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 64.



Comitê das Forças Armadas do Senado norte-americano, em 8 de março de 2005, três meses antes de o artigo de Kaplan ser publicado. Para contrabalançar a modernização militar da China, Fallon exigiu melhoras na capacidade norte-americana de combater mísseis e submarinos, além do estreitamento dos laços militares norte-americanos com os aliados asiáticos novos e antigos, no intuito de confinar a China ao seu território nacional. Ele descreveu o Plano de Cooperação para a Segurança no Teatro de Operações para melhorar a cooperação militar com os aliados norte-americanos na região como “um dos principais meios para aumentar a influência dos Estados Unidos, ampliar o acesso e promover a competência entre possíveis parceiros de coalizões”. A cooperação inclui os típicos fornecimento de armas e assessoria militar, manobras militares conjuntas, consultas regulares entre oficiais militares superiores e expansão ou criação de bases militares norte-americanas. No Japão, por exemplo, o Pacom está cooperando no desenvolvimento conjunto de um sistema de defesa com mísseis balísticos regionais; nas Filipinas, auxilia na reorganização e na modernização das forças armadas nacionais; em Singapura, que já hospeda porta-aviões norte-americanos, “estamos explorando oportunidades para aumentar o acesso às instalações singapurianas”. Fallon também descreveu iniciativas para atrair a Índia para a coalizão. “Nossa relação com o Estado-Maior Integrado de Defesa indiano e as Forças Armadas indianas continua a crescer”, observou. “Os interesses norte-americano e indiano em segurança continua a convergir, enquanto nossa cooperação militar leva a uma parceria estratégica mais forte.”<sup>24</sup>

Por esse depoimento, parece que a estratégia da nova Guerra Fria de Kaplan não passa de uma elaboração das políticas defendidas pelo próprio Pacom. Contudo, três meses depois de publicado o artigo de Kaplan, Fallon rejeitou explicitamente a ideia de que uma série de impasses no estilo da Guerra Fria, estendendo-se durante anos, seja o provável conflito militar que definirá o século XXI. “Temos conflito por causa da ascensão da China? Acredito que não”, declarou. “À medida que crescerem, e quando aproveitarem a capacidade econômica para melhorar a capacidade militar, a pressão será inevitável”, disse ele a respeito dos chineses. “Devíamos admitir isso como realidade. Não é um jogo de soma zero.” Apesar das observações de Rumsfeld ao questionar os motivos para a China modernizar suas forças armadas, Fallon foi além e afirmou que recebera de Washington a missão clara de montar uma rede de contatos com o governo e com as forças

<sup>24</sup> Michael Klare, “Revving Up the China Threat”.

armadas chinesas para que a sobreposição de poder possa ser gerenciada, em vez de combatida<sup>25</sup>.

Não sabemos se isso é apenas retórica de palco para encobrir o que ocorre nos bastidores. Entretanto, sabemos que o caminho de Kaplan não é absolutamente o único de volta ao realismo de presidentes republicanos moderados como Nixon, Ford e Bush pai. Ao contrário, o pai intelectual desse realismo vem defendendo um caminho bem diferente.

### *Rumo ao ajuste e à acomodação?*

Apesar de suas advertências sobre as diferenças fundamentais entre as fontes do poder chinês presente e do poder soviético passado, a estratégia de Kaplan baseia-se na premissa de que o desafio da China, assim como da União Soviética, é militar, em última instância, e pode ser enfrentado de maneira eficaz com a manipulação de um sistema de alianças militares centradas no Pacífico, não no Atlântico. Num artigo publicado mais ou menos na mesma época do de Kaplan, Kissinger apresentou uma posição realista radicalmente diferente. Embora concorde que o “centro de gravidade das questões mundiais está mudando do Atlântico [...] para o Pacífico”, Kissinger questiona o pressuposto de que é inevitável o confronto estratégico com a China.

Esse pressuposto é tão perigoso quanto errado. O sistema europeu do século XIX supunha que as principais potências acabariam defendendo seus interesses por meio da força. Todos os países achavam que a guerra seria curta e que, no final, sua posição estratégica melhoraria.<sup>26</sup>

Num mundo globalizado de armas nucleares, esses cálculos não fazem sentido. “A guerra entre grandes potências seria uma catástrofe para todos os participantes; não haveria vencedores.” Além disso, o tipo de imperialismo militar que levou a Alemanha a desafiar a Grã-Bretanha com o progresso naval e a humilhar a Rússia na questão da Bósnia, em 1908, e a França nas duas crises que envolviam o Marrocos, em 1905 e 1911, “não faz o estilo chinês”.

Clausewitz, o principal teórico estrategista ocidental, aborda a preparação e a condução de uma batalha central. Sun Tzu, seu colega chinês, concentra-se no enfraquecimento psicológico do adversário. A China persegue seus objetivos com estudo metódico,

<sup>25</sup> Edward Cody, “Shifts in Pacific Force U.S. Military to Adapt Thinking”, *The Washington Post*, 17/9/2005.

<sup>26</sup> Henry A. Kissinger, “China: Containment Won’t Work”, *The Washington Post*, 13/6/2005.



paciência e acúmulo de nuances; só raramente se arrisca num confronto em que o vencedor leva tudo.<sup>27</sup>

Por razões semelhantes, a China não é a União Soviética. A União Soviética era herdeira da tradição imperialista que possibilitou à Rússia se expandir da região em torno de Moscou até formar um império territorial que ia da Europa central a Vladivostok. “O Estado chinês, com suas dimensões atuais”, ao contrário, “existe substancialmente há dois mil anos.” E, mais importante, a afirmação de intenções cooperativas e a negação de desafio militar da China exprimem a realidade estratégica de uma situação em que,

até na melhor das estimativas, o orçamento militar chinês é menos de 20% do orçamento norte-americano [...], mal supera, se é que supera, o do Japão e [é] bem menor que o orçamento de Japão, Índia e Rússia somados, todos na fronteira com a China – sem falar da modernização militar de Taiwan, sustentada por decisões norte-americanas tomadas em 2001. [...] Muito provavelmente, o desafio futuro da China a médio prazo será político e econômico, não militar.<sup>28</sup>

Segue daí que aplicar à China a política de contenção militar da Guerra Fria, como propõe Kaplan, “é pouco sensato”. A Guerra Fria com os Estados Unidos pode, na verdade, ter “impacto potencialmente catastrófico [...] sobre a melhora constante do padrão de vida [chinês], da qual depende a legitimidade do governo”. Mas não se conclui daí que a Guerra Fria com a China beneficiaria os Estados Unidos. “Teríamos poucos seguidores em todas as partes da Ásia. Os países asiáticos continuariam a ter comércio com a China. Aconteça o que acontecer, a China não desaparecerá.” Portanto, é do interesse dos norte-americanos cooperar com a China na busca de um sistema internacional estável. Com esse objetivo, acrescenta Kissinger,

[as] atitudes são psicologicamente importantes. A China precisa ter cuidado com políticas que pareçam excluir os Estados Unidos da Ásia e nossa sensibilidade para com os direitos humanos. Os Estados Unidos precisam entender que o tom intimidador evoca na China lembranças de uma arrogância imperialista e isso não é apropriado para tratar com um país que tem quatro mil anos de governo próprio e ininterrupto.<sup>29</sup>

A posição realista de Kissinger apresenta compatibilidade notável com a doutrina chinesa de *heping jueqi* (literalmente, “surgir precipitada e pacifica-

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem.

mente”). A doutrina foi apresentada em 2003 no Fórum de Boao para a Ásia – uma tentativa da China de criar um Fórum Econômico Mundial asiático à moda de Davos. Com base em estudos históricos encomendados pelo Politburo sobre experiências passadas de ascensão de potências e as reações que provocaram, ela foi apresentada como refutação da ideia de “ameaça chinesa” e como ofensiva atraente para contrabalançar a estratégia norte-americana de cercar a China com um sistema de bases militares e relações de segurança. O princípio central da doutrina é que a China pode evitar, e evitará, o caminho da agressão e da expansão seguido pelas potências anteriores no momento de sua ascensão. Nas palavras de Zheng Bijian, um dos elaboradores e principais defensores da doutrina, “a China não seguirá o caminho da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, nem a da Alemanha e do Japão na Segunda Guerra Mundial, usando a violência para pilhar recursos e buscar a hegemonia mundial”<sup>30</sup>. Ao contrário, como explicou o pesquisador de uma entidade ligada ao governo, “a China visa crescer e avançar sem perturbar a ordem existente. Tentamos crescer de um modo que beneficie nossos vizinhos”<sup>31</sup>.

Desde que foi lançada, a expressão “ascensão-surgimento pacífico” tem sido atacada em frentes opostas, dentro e fora do Partido Comunista. Num dos polos, seguindo a máxima de Deng Xiaoping de que a China deveria “esconder seu brilho”, está quem sente que basta falar de *ascensão*, ainda que pacífica, para alimentar ideias de ameaça chinesa. No polo oposto, há quem sinta que falar de *ascensão pacífica* remete aos Estados Unidos e a Taiwan a mensagem de que eles podem intimidar a China de modo insolente. “Entre esses dois polos, esgueiram-se os líderes políticos.”<sup>32</sup> Embora a expressão “ascensão pacífica” tenha sido discretamente abandonada em favor de “desenvolvimento pacífico” ou “coexistência pacífica”, ainda assim a doutrina subjacente permaneceu firme, como testemunha a proclamação do presidente Hu Jintao, em 2004, sobre os “quatro não” (“não à hegemonia, não à força, não aos blocos, não à corrida armamentista”) e os “quatro sins” (“à construção de confiança, à redução das dificuldades, ao desenvolvimento da cooperação e ao evitamento do confronto”)<sup>33</sup>. Para as autoridades chinesas, não há contradição entre a doutrina de “desenvolvimento pacífico” e a determinação de promover forças armadas mais capazes, que elas

<sup>30</sup> Citado em Mark Leonard, “China’s Long and Winding Road”, *Financial Times*, 9-10/7/2005.

<sup>31</sup> Citado em Yoichi Funabashi, “China is Preparing a Peaceful Ascendancy”, *International Herald Tribune*, 30/12/2003.

<sup>32</sup> Mark Leonard, “China’s Long and Winding Road”.

<sup>33</sup> Citado em Martine Bulard, “China: Middle Kingdom, World Centre”, *Le Monde Diplomatique*, agosto de 2005.



veem como parte integrante do desenvolvimento da China e como reação natural às humilhações que sofreram desde as Guerras do Ópio, em meados do século XIX, até a brutal invasão e ocupação japonesa, entre 1931 e 1945. “A política de defesa nacional da China é de autoproteção”, afirmou o primeiro-ministro Wen Jiabao em abril de 2005. “Nos últimos cem anos, a China sempre foi agredida pelos outros. Nunca enviou um único soldado para ocupar um centímetro que seja da terra de outro país.”<sup>34</sup>

Hu reiterou o compromisso da China com o “desenvolvimento pacífico” durante uma visita às Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 2005, destacando os desafios envolvidos na administração e no aumento da prosperidade de um país de 1,3 bilhão de habitantes. Segundo autoridades norte-americanas, tanto os desafios quanto a visão impressionaram Bush<sup>35</sup>. No entanto, pouco tempo depois, numa declaração abrangente da posição do governo Bush sobre a China, o vice-secretário de Estado, Robert Zoellick, descreveu os Estados Unidos como um “caldeirão de ansiedade”. “As incertezas sobre como a China usará seu poder levarão os Estados Unidos e outros países a se proteger nas relações com ela. [...] Muitos países esperam que a China busque a ‘ascensão pacífica’, mas ninguém apostará seu futuro nisso.” Apesar de admitir que a “China não quer conflito com os Estados Unidos”, ele apresentou os pontos principais pelos quais será avaliado o comportamento chinês. São eles: explicar os gastos, as intenções e as doutrinas chinesas de defesa; dar maior abertura ao mercado, em vez de gerenciá-lo, inclusive no caso do mercado de câmbio; mostrar menos tolerância com o “roubo cada vez maior de propriedade intelectual e [com a] pirataria”; garantir o respeito da Coreia do Norte ao acordo que põe fim ao seu programa nuclear; apoiar iniciativas que acabem com o programa nuclear do Irã e prometer mais dinheiro ao Afeganistão e ao Iraque; abandonar as tentativas de “manobrar para obter mais poder” na Ásia com a construção de alianças separadas; acelerar as reformas políticas com a possibilidade de eleições em níveis municipal e estadual; e “parar de perseguir jornalistas que criam problemas”<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> Mure Dickie, Victor Mallet e Demetri Sevastopulo, “Washington is turning its attention from the Middle East...”. Aqui, Wen deixou convenientemente de lado as invasões chinesas da Índia no início da década de 1960 e do Vietnã no fim dos anos 1970. No entanto, como veremos no capítulo 11, os ataques à imagem da China por parte de outros países (principalmente pelo Japão e pelas potências ocidentais) combina perfeitamente bem com o registro histórico, desde as Guerras do Ópio até a criação da República Popular da China.

<sup>35</sup> Peter Baker e Philip P. Pan, “Bush’s Asia Trip Meets Low Expectations”, *The Washington Post*, 21/11/2005.

<sup>36</sup> Glenn Kessler, “U.S. Says China Must Address Its Intentions”, *The Washington Post*, 22/9/2005.

A própria extensão da lista de pontos importantes de Zoellick, muitos deles de verificação impossível ou realização improvável, revelou mais a ansiedade norte-americana do que um programa coerente. A falta de programa coerente tornou-se ainda mais evidente com as mensagens confusas que o governo norte-americano continuou enviando à China. Numa visita ao país em outubro de 2005, o secretário do Tesouro, John W. Snow, que criticou várias vezes a China por se recusar a permitir que o iuane flutuasse com mais liberdade, elogiou o plano quinquenal que o PCC havia acabado de aprovar, dizendo que era “não só benéfico para a China como bom para o mundo”. Aplaudiu principalmente o objetivo do plano de reduzir o imenso abismo entre os habitantes urbanos e a maioria de centenas de milhões de camponeses chineses, porque se a prosperidade dos camponeses chineses aumentasse, mesmo que marginalmente, eles provavelmente comprariam mais produtos norte-americanos e o déficit comercial dos Estados Unidos com a China diminuiria<sup>37</sup>. Pouco depois da partida de Snow, Rumsfeld em pessoa desembarcou em Pequim. Embora ainda criticasse o aumento dos gastos militares da China, chegou a um acordo com os colegas chineses para “dar as mãos a fim de atualizar os laços militares sino-americanos e torná-los coerentes com as relações bilaterais em geral”. Na verdade, dizem que, nessa viagem, Rumsfeld tentou vender armas norte-americanas à China, embora criticasse publicamente seus líderes<sup>38</sup>.

Na base dessas mensagens confusas podemos perceber as dificuldades que a perda de credibilidade do poderio militar norte-americano no Iraque criou para a capacidade de os Estados Unidos refrearem ou virarem a seu favor a “ascensão pacífica” da China. O fracasso no Iraque exigiu dose maior de realismo das políticas norte-americanas. No entanto, tornou-se mais difícil para os Estados Unidos mobilizar aliados no tipo de contenção do poder chinês a partir de bases militares que se vislumbra, por exemplo, na estratégia de “nova Guerra Fria” de Kaplan. Basta mencionar o caso de Singapura, que Kaplan louvou como modelo de aliado norte-americano na coalizão encabeçada pelo Pacom que ele defende. Como deixou claro Kishore Mahbuhani, influente reitor da Escola de Políticas Públicas Lee Kuan Yew, de Singapura, a cooperação deste país com o Pacom não inclui apoio às políticas norte-americanas que visam desestabilizar a China. Ao contrário, como muitos outros na Ásia oriental, ele considerava o fim súbito do domínio comunista na China como deflagrador de forças nacionalistas perigosas que levariam ao conflito na região sem benefício para ninguém<sup>39</sup>.

<sup>37</sup> Tanaka Sakai, “Hu Jintao’s Strategy for Handling Chinese Dissent and U.S. Pressure”, *Japan Focus*, 20/11/2005.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Michael Vatikiotis, “U.S. Sights are Back on China”, *International Herald Tribune*, 7/6/2005.



Portanto, não surpreende que a tentativa norte-americana de cercar a China com um sistema de alianças militares não tenha dado em nada. Os laços dos Estados Unidos com o Vietnã e com a Índia nos setores militar e de informação melhoraram. Mas as relações entre esses dois países e a China melhoraram ainda mais. Ao mesmo tempo, depois de anos de inimizade com a China e de aliança prolongada com os Estados Unidos, a Indonésia estabeleceu uma parceria estratégica com Pequim que o presidente Hu saudou como o início de uma “nova era” nas relações entre os dois países. Mudança semelhante ocorreu na Coreia do Sul. Durante as visitas ao país em novembro de 2005, o presidente Bush ficou mortificado com o anúncio de Seul de que retiraria do Iraque um terço de seus soldados, enquanto o presidente Hu foi aplaudido de pé na assembleia sul-coreana e declarou que as relações entre a Coreia do Sul e a China tinham entrado na “melhor fase da História”<sup>40</sup>. Somente o Japão seguiu firme na criação de laços militares mais estreitos com os Estados Unidos. Entretanto, parece que esses laços estreitos isolaram mais o Japão do que a China. Ao lado da falta de tato das visitas de Koizumi ao santuário de Yasukuni, eles custaram ao Japão a cadeira havia muito desejada no Conselho de Segurança das Nações Unidas, assim como o cancelamento, em dezembro de 2005, da reunião tripartite com a China e a Coreia do Sul, que vinha sendo realizada todo ano, desde 1999, como atividade paralela às assembleias da Asean. Provavelmente foi por isso que a substituição de Koizumi por Shinzo Abe como primeiro-ministro do Japão, em 2006, foi bem recebida não só nas capitais asiáticas mas também no próprio Japão como a possível aurora de uma nova época de cooperação entre Japão e China<sup>41</sup>.

Na ponta oposta à de Kaplan no espectro realista, a mistura de acomodação ao poder chinês com confiança nos mecanismos econômico-políticos de contenção defendida por Kissinger era certamente mais aceitável para os aliados reais e potenciais dos Estados Unidos, porém bem mais difícil de “vender” para o eleitorado norte-americano. A oposição quase unânime da Câmara de Deputados ao lance chinês na compra da Unocal foi apenas um dos muitos sinais de que o sentimento antichinês era mais forte no Congresso, em todos os partidos, do que nas instâncias executivas do

<sup>40</sup> Edward Cody, “Shifts in Pacific Force U. S. Military to Adapt Thinking”; Ellen Nakashima, “Vietnam, U.S. to Improve Intelligence, Military Ties”, *The Washington Post*, 17/6/2005; John Burton, Victor Mallet e Richard McGregor, “A New Sphere of Influence: How Trade Clout is Winning China Allies Yet Stocking Distrust”, *Financial Times*, 9/12/2005.

<sup>41</sup> Bruce Wallace, “Japan Looks at Ridding Military of its Shackles”, *Los Angeles Times*, 23/11/2005; Tom Shanker, “U.S. and Japan Agree to Strengthen Military Ties”, *The New York Times*, 30/10/2005; John Burton, Victor Mallet e Richard McGregor, “A New Sphere of Influence”; Victor Mallet, “Japan’s Best Chance to Strike a Deal with China”, *Financial Times*, 28/9/2006.

governo Bush<sup>42</sup>. A sinofobia tem tradição antiga na cultura popular norte-americana. Mas seu súbito ressurgimento na virada do século XXI foi provocado pela percepção de que a China, e não os Estados Unidos, era o principal beneficiário do projeto de globalização que os próprios Estados Unidos haviam patrocinado nas décadas de 1980 e 1990. Esperar que a maior integração econômica no Pacífico resolva a situação a favor dos Estados Unidos exigiria um grande ato de fé na competitividade da economia norte-americana. Embora a maioria do Congresso professasse essa fé, poucos se comportaram de acordo e, com isso, minaram a possibilidade de concretização de estratégias voltadas para a acomodação à “ascensão pacífica” da China.

### Tertius gaudens?

É esse tipo de consideração que está por trás da defesa de outro caminho mais realista das políticas norte-americanas com relação à China. Em *The American Conservative*, Pinkerton criticou do mesmo modo que Kissinger as estratégias de contenção militar baseadas no Pacom, como a de Kaplan.

Um clichê dessa época é que a China é análoga à Alemanha do kaiser Guilherme II: uma potência em ascensão que está procurando seu “lugar ao sol”. Sendo assim, a questão é como deter os chineses. No caso da Alemanha, uma grande coalizão entre França, Grã-Bretanha, Rússia e Estados Unidos foi duas vezes necessária para colocar Berlim de joelhos. Ainda está por provar se os Estados Unidos conseguirão formar uma coalizão igualmente vasta para conter a China.<sup>43</sup>

Pinkerton considerou remota essa possibilidade. Pior ainda: em sua opinião, qualquer tentativa de formar essa coalizão provocaria uma guerra desastrosa com a China. No entanto, ele foi ainda mais crítico com relação à estratégia alternativa de acomodação. Sem se referir explicitamente a Kissinger, apelidou essa estratégia de “neoangellismo”, em virtude de sua semelhança com a tese de Norman Angell, de 1910, de que a guerra se tornara obsoleta. As razões dadas por Angell para essa

<sup>42</sup> Guy Dinmore, Anna Fifield e Victor Mallet, “The Rivals”, *Financial Times*, 18/3/2005. Outro sinal foi a briga entre o Congresso e o governo em relação à cobrança de tarifas sobre as importações chinesas para obrigar a China a valorizar sua moeda em relação ao dólar. Em abril de 2005, o Senado, controlado pelos republicanos, aprovou por 67 votos a 33 uma emenda, patrocinada pelo senador democrata Charles Schumer e pelo republicano Lindsey Graham, que visava impor uma tarifa de 27,5% sobre as importações da China caso esta não mudasse sua política de câmbio. Embora o governo tenha convencido Schumer e Graham a retirar a emenda, a pressão do Congresso obrigou-o a negociar com a China a restrição de exportação para os Estados Unidos (Edmund Andrews, “Bush’s Choice: Anger China or Congress Over Currency”, *The New York Times*, 17/5/2005).

<sup>43</sup> James P. Pinkerton, “Superpower Showdown”, p. 5.



suposta obsolescência, como as dos “globalistas dogmáticos” de hoje, foram, em primeiro lugar, que as nações interligadas pela economia não tinham opção a não ser cooperar entre si politicamente e, em segundo lugar, que o poder militar e político já não trazia vantagens comerciais. Por mais que o neoangellismo seja tranquilizador para o empresariado, Pinkerton encontrou aí falhas fundamentais.

A principal delas é a terceirização. Em apoio à visão de que a terceirização é essencial para a competitividade dos Estados Unidos, Pinkerton citou o executivo de uma grande multinacional norte-americana que lhe disse: “Mostre-me uma empresa que não fabrique na China e eu lhe mostro uma empresa que pode ser competitivamente derrotada”. No entanto, ele subestimou ao mesmo tempo a reação negativa que a terceirização gera nos Estados Unidos, como os trabalhadores que temem perder o emprego, e principalmente o prejuízo que ela causa à segurança nacional:

[...] os Estados Unidos totalmente pós-industriais seriam incapazes de produzir os implementos necessários para uma guerra, caso fosse necessário. Na verdade, o Pentágono vem lutando para manter alguma base industrial interna nos Estados Unidos. [...] Se a tendência atual continuar, em breve os chineses poderão simplesmente desligar nossa economia da tomada – e então não seremos capazes de combater a China nem se quisermos, ou precisarmos, o que pode tornar a guerra ainda mais tentadora para os chineses.

E ele prossegue citando Leo Amery, político britânico conservador “que argumentou regularmente contra Angell e outros globalistas dogmáticos”.

Amery advertiu que a estratégia econômica mercantilista da Alemanha de mendigar aos vizinhos, ao contrário da postura angellista da Grã-Bretanha, dava ao kaiser uma vantagem perigosa na produção bélica. “As potências bem-sucedidas serão aquelas que tiverem a maior base industrial”, profetizou Amery, e acrescentou que as que tiverem “poder industrial e poder de ciência e de invenção serão capazes de derrotar todas as outras”. Como observou certa vez Winston Churchill, com quem Amery trabalhou no gabinete britânico da Segunda Guerra Mundial, o país envolvido em guerras precisa de ferramentas para terminar o serviço.<sup>44</sup>

A segunda falha é que o angellismo “não será aceitável em termos políticos para os norte-americanos belicosos e detratores de Pequim”. Com toda a certeza, “a maioria das quinhentas maiores empresas da revista *Fortune* contratarão lobistas para manter abertas as rotas comerciais com o Oriente”. No entanto, “todos os lobistas da K Street\* não conseguiram abafar a fogueira de sentimentos antichine-

<sup>44</sup> Ibidem, p. 8.

\* A rua K é uma das principais vias de Washington, capital dos Estados Unidos, onde se encontram vários institutos de pesquisa e escritórios de lobistas e de grupos que promovem interesses específicos. (N. T.)

ses que ardeu com o lance vencido da China National Overseas Oil Company na compra [...] da Unocal”.

Quando estão em jogo questões de *status* e primazia, parece que os cérebros de ervilha assumem o comando, reduzindo o pensamento racional – enquanto nacionalismo, xenofobia e reflexos mais primitivos crescem num primordialismo sanguíneo. O resultado é previsível: como aconteceu com Angell noventa anos atrás, os novos Angells serão superados mais uma vez.<sup>45</sup>

Em resumo, embora a estratégia militar de contenção possa levar a uma guerra desastrosa com a China, porque “quando se finge durante muito tempo a coisa acaba acontecendo de verdade”, o neoangellismo “perderia a luta política em Washington para o lado [nacionalista-militarista], que voltaria à guerra desastrosa com a China”. Então, pergunta Pinkerton, o que fazer? “As únicas opções dos Estados Unidos são o jingoísmo militarista e o angellismo ingênuo?”<sup>46</sup> A melhor opção, afirmou, é uma estratégia bipartida. Ao lado de Michael Lind, ele defendeu a contenção da China na frente geopolítica por meio de uma estratégia de equilíbrio de poder.

Durante séculos, [a Grã-Bretanha] jogou os rivais europeus uns contra os outros e isso funcionou bem para o império. Assim, se os britânicos conseguiram manipular Bourbon, Habsburgos, Hohenzollerns e Romanovs, talvez os Estados Unidos consigam manipular a rivalidade inevitável entre as potências asiáticas. Afinal de contas, é muita sorte que nós, norte-americanos, não tenhamos de enfrentar desafios em nosso próprio hemisfério, e provavelmente assim será por muito tempo ainda. E mais sorte ainda que três potências enormes – China, Índia e Japão – estejam todas juntas, assim como no passado estavam Espanha, França, Holanda e Alemanha.<sup>47</sup>

Em vez de enfrentar diretamente as potências asiáticas em ascensão, os Estados Unidos deveriam jogá-las umas contra as outras. Como lembra a expressão latina *tertius gaudens* – o terceiro, que se alegra –, às vezes, em vez de se meter em todas as contendas, é melhor “segurar o casaco dos que brigam”. Para o interesse nacional dos Estados Unidos, “a melhor Ásia seria aquela em que China, Índia, Japão e possivelmente algum outro ‘tigre’ briguem entre si pelo poder, enquanto gozamos do luxo afortunado dos terceiros que só assistem”<sup>48</sup>.

<sup>45</sup> James P. Pinkerton, “Superpower Showdown”, p. 8-9.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 6-7, 9.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 9.

\* O ditado latino é “*Inter duos litigantes, tertius gaudens*”: entre dois litigantes, o terceiro se alegra, ou seja, quando dois brigam um terceiro tira proveito. (N. T.)

<sup>48</sup> James P. Pinkerton, “Superpower Showdown”, p. 1.



Um dos requisitos para o sucesso na concretização dessa estratégia é uma solução realista para o problema de Taiwan. Para impedir a guerra geral, assim como o norte voltou a se unir ao sul dos Estados Unidos depois da Guerra de Secessão, a China se juntará a Taiwan. “O governo federal de Washington [...] não veria com bons olhos nenhuma potência estrangeira que tentasse garantir a separação de Richmond. [...] Se adotassem uma *realpolitik* honesta, os Estados Unidos deveriam dizer a Taipé que a melhor saída é o retorno pacífico à pátria, como no caso de Hong Kong e Macau.” Livre da questão de Taiwan, os Estados Unidos estariam em condições de colher os benefícios do conflito entre as três grandes potências da Ásia, em vez de suportar seu custo. “Assim, caso o Japão, por exemplo, marchasse pela via nuclear [...], outras potências asiáticas resistiriam a esse rearmamento japonês, mas seria problema deles, não nosso. É melhor ser o *tertius gaudens* nessas lutas asiáticas do que ser o infeliz participante principal.”<sup>49</sup>

Entretanto, para se tornar o *tertius gaudens* na frente geopolítica, é preciso agir também na frente interna. “Os norte-americanos não deveriam fingir para si mesmos que a atual expansão do nosso mercado imobiliário nacional [...] garantirá a primazia geopolítica a longo prazo.” Essa primazia só pode ser obtida por meio do “equivalente no século XXI do ‘Relatório das Manufaturas’ de Alexander Hamilton no século XVIII”, ou seja, a definição de quais setores são essenciais para a segurança nacional e “uma política tecnológico-industrial conscienciosa para garantir que esses setores vitais permaneçam nacionais”. Embora essa política neo-hamiltoniana aumente o custo dos bens de consumo, eleve os juros e talvez faça cair a bolsa de valores, esse “é um preço pequeno a pagar pela verdadeira segurança nacional”. Pinkerton admitiu que essa estratégia bipartida estava além do horizonte atual da linha política e da sociedade norte-americanas. Ainda assim, esperava “que o pavoroso toque de despertar, quando acontecer, não seja danoso demais. A má política pode ser revertida, embora em geral, infelizmente, seja preciso uma derrota para chamar a atenção do público e dos formuladores de políticas”<sup>50</sup>.

Essa estratégia do *tertius gaudens* tem precedentes muito mais importantes na história dos Estados Unidos do que Pinkerton admitiu. Em sua opinião, somente entre 1901 e 1909, principalmente durante os mandatos de Theodore Roosevelt, os Estados Unidos praticaram essa estratégia<sup>51</sup>. Na verdade, como vimos no capítulo 8, durante todo o século XIX e, mais ainda, na primeira metade do século XX, os

Estados Unidos beneficiaram-se muito dos conflitos que lançaram as potências europeias umas contra as outras. E sua capacidade de aproveitar as Guerras Mundiais do início do século XX em benefício próprio deveu-se tanto à autossuficiência e à eficiência técnica de seu complexo militar-industrial quanto ao seu relativo isolamento continental.

De forma declarada ou não, os Estados Unidos talvez tentem retomar essa tradição na esteira da derrota no Iraque. No entanto, os elementos asiáticos do modo de equilíbrio de poder defendido por Pinkerton já podem ser percebidos na atual política norte-americana. Talvez Koizumi tenha mesmo acreditado que repudiar as seis décadas de pacifismo oficial do Japão “para suplantar a Austrália como ‘vice-xerife’ de Washington na região asiática do Pacífico” fortaleceria o compromisso final do xerife com a proteção do Japão em caso de conflito com a China<sup>52</sup>. Mas também é possível que o estímulo passado e futuro que os Estados Unidos deram ao envolvimento do Japão na disputa taiwanesa pertença não à estratégia de construção de coalizões do tipo Kaplan, mas à estratégia de equilíbrio de poder do tipo Pinkerton. Ou seja, o estímulo dos Estados Unidos para que o Japão abandonasse seu passado pacifista recente e se tornasse novamente uma potência militar, com importância regional, pode vir a ser um modo de facilitar o desengajamento militar dos Estados Unidos na Ásia oriental por meio da criação de contrapesos militares à China no interior da Ásia.

É claro que essa eventualidade não precisa ser, e provavelmente não é, o objetivo não declarado da atual política norte-americana. Mas pode muito bem ser a solução de emergência (ou “plano B”) à qual os Estados Unidos recorreriam com vantagens caso a tentativa de montar a coalizão antichinesa encabeçada pelo Pa-com não se concretize ou se torne arriscada demais. Na verdade, a possibilidade de o fracasso no Iraque resultar no desengajamento militar dos Estados Unidos na região da Ásia oriental não escapou aos observadores taiwaneses. Assim, em outubro de 2005, numa entrevista à imprensa local, T’ien Hung-mao, ex-ministro de Relações Exteriores de Taiwan, afirmou:

Se os Estados Unidos se retirarem do Iraque, serão varridos pelo isolacionismo e não desejarão se envolver no exterior, e a disseminação da hegemonia chinesa se acelerará. Com o fim da vontade dos Estados Unidos de lutar, a probabilidade de conflito militar no estreito de Formosa diminuirá. O governo taiwanês precisa se preparar para essa possibilidade e fazer planos realistas para lidar com essa situação.<sup>53</sup>

<sup>49</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Simon Tisdall, “Japan Emerges as America’s Deputy Sheriff in the Pacific”, *The Guardian*, 19/4/2005.

<sup>53</sup> Citado em Tanaka Sakai, “Hu Jintao’s Strategy for Handling Chinese Dissent and U.S. Pressure”.



O governo de Taiwan talvez não tenha muita vontade de se preparar para essa possibilidade. No entanto, é significativo que a indecisão, no fim de 2005, de financiar ou não o pacote de mais quatro anos de compra de armas oferecido por Washington tenha provocado indignação no Congresso norte-americano. Depois de observar que Taiwan havia acumulado reservas de dezenas de bilhões de dólares em moeda estrangeira, Tom Lantos, na época o democrata mais importante do comitê internacional da Câmara dos Deputados, declarou sombriamente: "Se quem nossa ajuda, o fato de implicarem com um pacote de 18 bilhões de dólares é um ultraje"<sup>54</sup>.

Ultraje ou não, a indecisão de Taiwan trai não só a suspeita de que a proteção oferecida pela coalizão antichinesa e patrocinada pelos Estados Unidos pode não ser tão confiável assim. Também indica a contradição básica da estratégia do *tertius gaudens*. Se os Estados Unidos se desengajarem militarmente da região, por que as potências asiáticas deveriam intensificar os conflitos mútuos para o bem dos Estados Unidos, em vez de buscar a acomodação mútua para seu próprio bem? A capacidade dos Estados Unidos de serem o *tertius gaudens* nas lutas de poder entre os europeus no início do século XX dependeu fundamentalmente da intensidade e do ímpeto interno dessas lutas, para as quais não existe equivalente na Ásia contemporânea. Na verdade, como observado em capítulos anteriores, a Ásia oriental tem sido o verdadeiro *tertius gaudens* do fim do século XX e início do século XXI. Na década de 1980, o Japão e os quatro "tigres menores" foram os principais beneficiários da escalada da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética e, ultimamente, a China vem surgindo como a verdadeira vencedora da Guerra ao Terror norte-americana. É claro que sempre pode haver erros de cálculo. No entanto, em que pese a opinião de Lantos, não está claro por que os Estados asiáticos se envolveriam de repente numa corrida armamentista que beneficiaria a indústria bélica e a economia norte-americanas, mas solaparia gravemente a posição de credor que constitui a principal fonte do poder dos Estados asiáticos.

Na verdade, a primeira Cúpula da Ásia oriental, realizada em Kuala Lumpur em dezembro de 2005, já mostrou como seria difícil para os Estados Unidos jogar os Estados asiáticos uns contra os outros. Washington sempre se opôs à simples ideia de uma cúpula e promoveu a Apec, bem mais inclusiva, como fórum alternativo no qual os Estados Unidos seriam o participante mais influente. Entretanto, nos últimos anos, embora a influência norte-americana tenha diminuído na Apec diante

<sup>54</sup> Citado em Mure Dickie, Victor Mallet e Demetri Sevastopulo, "Washington is turning its attention from the Middle East...". Ver também Edward Cody, "Shifts in Pacific Force U.S. Military to Adapt Thinking".

da influência da China, a importância da expansão da Asean, que exclui os Estados Unidos e inclui a China em decisões que afetam a Ásia oriental, não para de aumentar<sup>55</sup>. "Enquanto a China e os Estados Unidos brigam pela predominância geopolítica, o resto da Ásia oriental quer apenas uma área comercial mais eficiente e acesso a um mercado maior. Neste momento, o maior mercado é a China." Como consequência, na cúpula da Asean realizada nas Filipinas em janeiro de 2007, a China ocupou o centro do palco, assinou um novo acordo de comércio de serviços e, o que foi mais importante, participou integralmente dos vários acordos que visam transformar a associação numa entidade semelhante à União Europeia<sup>56</sup>.

### A grande muralha de incógnitas

Em julho de 2004, um comentário publicado no *International Herald Tribune* lamentava a falta de estratégias norte-americanas para a China.

Nossas ações escapam à classificação coerente. Tratamos a China como bom parceiro? Raramente. Tratamos a China como concorrente? Às vezes. Confiamos em nosso modo de agir? Quase nunca. Que bela linha política! Os Estados Unidos tiveram sorte porque não houve novas crises econômicas e políticas enquanto estavam ocupados com o Iraque.<sup>57</sup>

Dois anos e meio depois, os Estados Unidos ainda não podem falar de estratégias para a China. A percepção de que a dificuldade dos Estados Unidos no Iraque consolidou o aumento de poder da China levou a uma escalada das iniciativas antichinesas e, ao mesmo tempo, a uma dose maior de realismo nas políticas norte-americanas. Mas a combinação que resulta daí ainda escapa a uma classificação coerente.

Podemos perceber pelo menos três razões principais para essa constante inexistência de uma política norte-americana coerente para a China. A primeira é que,

<sup>55</sup> A Asean primeiramente se expandiu para incluir China, Japão e Coreia do Sul na chamada Asean+3, logo após a crise financeira da Ásia oriental. A mudança pretendia explicitamente reduzir a influência dos Estados Unidos, vista em geral como responsável pela gravidade da crise. Já a expansão seguinte de Asean+3 para Asean+3+3, que incluiu Índia, Austrália e Nova Zelândia como parte integral da primeira cúpula da Ásia oriental, foi sobretudo considerada uma ação para contrabalançar a China, na ausência dos Estados Unidos. Ver Seth Mydans, "New Group for 'Asian Century' Shuns U.S.", *International Herald Tribune*, 12/12/2005; John Burton, Victor Mallet e Richard McGregor, "A New Sphere of Influence".

<sup>56</sup> Michael Vatikiotis, "East Asia Club Leaves U.S. Feeling Left Out", *International Herald Tribune*, 6/4/2005; Carlos H. Conde, "China and Asean Sign Broad Trade Accord", *International Herald Tribune*, 15/1/2007.

<sup>57</sup> Tom Manning, "America Needs a China Strategy", *International Herald Tribune*, 22/7/2004.



para o governo Bush, a batalha decisiva para conter o poder crescente da China ainda está sendo travada no Iraque. O antigo sonho da vitória fácil que permitiria aos Estados Unidos lidar com a China de uma posição vantajosa cedeu lugar ao objetivo de sair do Iraque com o mínimo de perda para a credibilidade norte-americana. Nessas circunstâncias, a retórica antichinesa e a tentativa de aumentar o poder do “vice-xerife” australiano e, principalmente, do japonês na Ásia oriental se intensificaram. Mas até que se livrem do atoleiro iraquiano, os Estados Unidos ainda terão de entreter a China. Desse ponto de vista, não há incoerência na política norte-americana para a China; apenas adaptação tática à necessidade de resgatar o que for possível da credibilidade norte-americana diante da China e do mundo em geral. Até os críticos do governo no Congresso concordam com isso. Uma antiga queixa dos democratas contra a invasão do Iraque era que ela desviava os Estados Unidos da tarefa de enfrentar a China. Mas quando a aventura iraquiana azedou, os próprios democratas se dividiram muito quanto ao que deveria ser feito para diminuir o prejuízo. Assim, o debate passou para a questão da retirada ou não do Iraque, deixando na sombra a preocupação com a “ameaça chinesa”.

A segunda razão para a constante inexistência de uma política norte-americana coerente para a China é a dificuldade para se definir o interesse nacional dos Estados Unidos. Entre os observadores, há uma concordância bastante generalizada de que as estratégias de ajuste e de acomodação atendem aos interesses das empresas norte-americanas, principalmente das maiores<sup>58</sup>. As grandes empresas norte-americanas realmente abraçaram a expansão econômica chinesa com muito mais entusiasmo do que fizeram com a expansão econômica japonesa na década de 1980, apesar do desafio maior que a China representa para a predominância norte-americana a longo prazo.

As boas-vindas que a China deu às empresas multinacionais e ao investimento estrangeiro fizeram muitos executivos ocidentais, tão críticos à falta de abertura do Japão mais de uma década atrás, abraçarem entusiasticamente a China, sua mão-de-obra barata e seu imenso mercado [...]. O Japão alcançou o Ocidente com rapidez por meio do licenciamento de tecnologia [...]. Mas a China tem tecnologia licenciada e, ao mesmo tempo, usou o poder de atração do imenso potencial do seu mercado para atrair investimentos estrangeiros. Isso não só trouxe mais investimentos como [...] também ajudou a proteger a China contra os choques comerciais. Hoje, muitas das multinacionais que

<sup>58</sup> Como mostram os trechos já citados, Kaplan e Pinkerton concordam nesse ponto. Embora Kissinger não diga nada explicitamente sobre o interesse das grandes empresas, ainda assim ele se sentiu obrigado a admitir, no artigo citado anteriormente, que sua empresa de consultoria trabalha para grandes empresas que fazem negócios com a China.

brigaram com os japoneses, como a indústria automobilística de Detroit, são grandes investidores na China, investidores que se opõem às restrições comerciais a isso.<sup>59</sup>

Ao mesmo tempo, contudo, o velho ditado que diz que o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos já não é inquestionável, sem falar que o Wal-Mart, o melhor freguês da China, substituiu a General Motors como maior empresa norte-americana. Expressando uma opinião bastante comum, Fishman afirmou que “a promessa da China parece tão magnífica para as grandes empresas norte-americanas e para os super-ricos que o interesse nacional dos Estados Unidos e a saúde da economia a longo prazo contam pouco”<sup>60</sup>. Em apoio a essa visão, é comum observar que quase metade das exportações e importações norte-americanas ocorrem dentro das grandes multinacionais, que transferem matérias-primas e componentes entre fábricas distantes e mandam a produção para fora das fronteiras nacionais de modo a reduzir os custos, principalmente os custos salariais. Embora empresas e investidores se beneficiem muito desse tipo de operação, afirma-se que as nações propriamente ditas, inclusive os Estados Unidos, não se beneficiam em nada<sup>61</sup>.

Dada a possibilidade de conflito entre os interesses das grandes empresas norte-americanas e o interesse nacional dos Estados Unidos, nem todos concordam que a maior integração econômica sino-americana promova o interesse nacional. Os conservadores, como Pinkerton, enfatizam a ameaça da terceirização para a segurança nacional. Mas até os grandes expoentes do complexo militar-industrial norte-americano duvidam que seja possível manter a predominância militar norte-americana sem alguma terceirização, que de qualquer modo, quando envolve a China, é apenas marginal<sup>62</sup>. Os democratas e os sindicatos organizados enfatizam

<sup>59</sup> Keith Bradsher, “Like Japan in the 1980’s, China Poses Big Economic Challenge”, *The New York Times*, 2/3/2004.

<sup>60</sup> Ted Fishman, “Betting on China”, *USA Today*, 16/2/2005.

<sup>61</sup> Ver, entre outros, William Greider, “Trade Truth that the Public Won’t Hear”, *International Herald Tribune*, 19/7/2005; e James Petras, “Statism or Free Markets: China Bashing and the Loss of US Competitiveness”, *CounterPunch*, 22/10/2005.

<sup>62</sup> Um estudo recente do Pentágono identificou 79 fornecedores estrangeiros, principalmente da Europa ocidental, que fabricavam peças para doze dos mais importantes sistemas de armas norte-americanos. “Nosso trabalho é obter o melhor para o combatente”, disse o chefe de compras de armas do Pentágono. “A inovação nem sempre é limitada por fronteiras. Queremos a melhor capacidade com o melhor preço e dos melhores fornecedores que pudermos encontrar.” Já um dos vice-presidentes da Lockheed Martin, a maior fornecedora de material bélico dos Estados Unidos, declarou que o governo norte-americano não poderia obter todo o seu suprimento militar dentro do país, mesmo que quisesse. Os parceiros industriais norte-americanos sempre são procurados em primeiro lugar, mas em alguns casos a única opção é buscá-los no exterior. Ver Leslie Wayne, “U.S. Weapons, Foreign Flavor”, *The New York Times*, 27/9/2005.



os empregos que foram perdidos para a China com o comércio e a terceirização e reivindicam medidas protetoras e a ação do governo para obrigar a China a valorizar sua moeda. Outros, porém, enfatizam o perigo ainda maior da queda rápida do dólar americano, que pode “pôr em perigo a influência política global dos Estados Unidos” e jogá-los “na armadilha da dívida em que sofreu durante muito tempo [...] a América Latina”<sup>63</sup>. E alguns apontam os benefícios que a inundação de mercadorias e de crédito baratos chineses traz não só para os super-ricos, como também para os estratos mais baixos da sociedade norte-americana.

Os Estados Unidos estão afogados em dívidas [...]. Boa parte da dívida se deve a trabalhadores que fazem empréstimos um atrás do outro com cartão de crédito ou hipotecas duvidosas na tentativa de manter uma fração do estilo de vida inebriante da classe superior, que está cada vez mais rica. [...] A disseminação do endividamento é, hoje, um dos fenômenos sociais mais importantes dos Estados Unidos e permite aos menos abonados gastar mais do que têm e, assim, amenizar a sensação de terem sido passados para trás pelos ostensivamente ricos. Desde que os juros não subam demais, esse processo social continuará funcionando. Vem daí o peso de Hu [Jintao] no comércio varejista.<sup>64</sup>

Em resumo, como explica Krugman, os Estados Unidos “desenvolveram o vício da compra de dólares pelos chineses” – e, podemos acrescentar, de produtos chineses baratos – “e sofrerão dolorosos sintomas de abstinência quando ela acabar”. Acabar com o vício pode tornar a indústria norte-americana mais competitiva, no entanto os dolorosos sintomas da abstinência virão primeiro<sup>65</sup>. Quanto mais a situação no Iraque piora, mais o governo Bush se torna dependente desse vício para impedir que tudo piore também na frente econômica e social interna. Daí a relutância do governo em pressionar a China a valorizar o iuane, os elogios ao plano quinquenal do PCC de 2005 e, em termos mais gerais, a discrição, maior que a do Congresso, das queixas contra a inundação de produtos chineses no mercado norte-americano e os empregos norte-americanos perdidos para a China.

A intensificação da retórica e das iniciativas antichinesas na frente geopolítica – para Boot, a “boa difamação da China” – não foi mera cortina de fumaça para essa maior contenção no ataque à China em questões econômicas – para Boot, a “má difamação da China”. E também não foi mera bravata para assegurar

<sup>63</sup> Ted Fishman, “Betting on China”.

<sup>64</sup> Roger Cohen, “China and the Politics of a U.S. Awash in Debt”, *The International Herald Tribune*, 21/5/2005.

<sup>65</sup> Paul Krugman, “The Chinese Connection”, *The New York Times*, 20/5/2005.

aos Estados clientes (e advertir os potenciais concorrentes), na Ásia oriental e no resto do mundo, que as dificuldades no Iraque não diminuam a determinação norte-americana de conservar seu predomínio militar regional e global. Foi sobretudo a expressão do interesse nacional, do modo como é interpretado pelo núcleo da base eleitoral do Partido Republicano sob hegemonia neoconservadora.

Como argumentou Thomas Frank, um dos fenômenos políticos norte-americanos mais importantes das últimas duas décadas foi o surgimento do que ele chama de “conservadores por contrarreação”. São principalmente norte-americanos brancos, da classe operária ou classe média, que reagiram à perda de *status* e de renda relativa identificando-se mais com Deus, com as forças armadas e com o Partido Republicano do que com os interesses de classe, com as organizações trabalhistas e com o Partido Democrata. Os neoconservadores exploraram com habilidade essa predisposição a fim de conquistar o voto popular e, uma vez no poder, pôr em prática as políticas que beneficiavam os ricos e reproduziam de modo indireto as frustrações que levaram a base popular a se identificar com Deus, com as forças armadas e com o Partido Republicano<sup>66</sup>.

Desse ponto de vista, embora não do ponto de vista dos conservadores mais tradicionais dentro e fora do Partido Republicano, não importava que o governo e o consumidor norte-americanos se viciassem cada vez mais em crédito e produtos chineses baratos. O que mais importava era que o presidente norte-americano fosse considerado “um homem de verdade, firme, patriota e, para alguns, um agente divino na Casa Branca”<sup>67</sup>. Isso significou que a contenção na “má” difamação da China teve de ser acompanhada da intensificação da “boa” difamação da China a fim de alertar os líderes comunistas chineses a não ousar questionar a supremacia das forças armadas norte-americanas e a adotar as liberdades e os valores norte-americanos. E quanto mais graves eram os problemas das forças armadas norte-americanas no Iraque, mais evidente teria de ser o alerta. Em resumo, a segunda razão para a constante inexistência de uma política norte-americana coerente para a China foi a dupla aliança do governo Bush – de um lado, com as grandes empresas

<sup>66</sup> Thomas Frank, *What's the Matter with Kansas?: How Conservatives Won the Heart of America*.

<sup>67</sup> Roger Cohen, “China and the Politics of a U.S. Awash in Debt”. Como observa Cohen, “não há nada de muito novo quando alguém que enfrenta dificuldades econômicas se volta para Deus, para o patriotismo e para as forças armadas”. Na verdade, há algumas semelhanças entre o jingoísmo militarista do início do século XXI nos Estados Unidos e o jingoísmo da Grã-Bretanha um século antes. A principal diferença é a ênfase muito maior em Deus do que no império no lado norte-americano de jingoísmo – ênfase profundamente enraizada na tradição religiosa do expansionismo norte-americano. Sobre a tradição religiosa do expansionismo norte-americano, ver Clyde W. Barrow, “God, Money, and the State: The Spirits of American Empire”.



e com o interesse dos ricos e, de outro, com os “conservadores por contrarreação”. Desse ponto de vista, a incoerência das políticas norte-americanas para a China foi a expressão da necessidade que tinha o governo Bush de se acomodar à tendência do capital norte-americano de lucrar com a expansão econômica chinesa e, ao mesmo tempo, de parparicar a tendência nacionalista e militarista de sua base eleitoral.

A terceira e, para o atual propósito, última razão para a constante inexistência de uma política norte-americana coerente para a China foi a dificuldade de perceber as tendências atuais e futuras da economia política chinesa. Nesse aspecto, os observadores e políticos norte-americanos enfrentaram “a grande muralha de incógnitas”. Há a percepção crescente de que “a própria magnitude e a velocidade do crescimento da China fazem dele um fator X imprevisível na economia [política] do mundo. Surpresas boas e más se multiplicarão: lucros, prejuízos, ameaças e oportunidades sem precedentes”. Mas há pouca compreensão do que seriam essas surpresas.

Tudo o que sabemos com certeza é que realmente não sabemos. Com um país grande como a China passando por mudança tão drástica – de economia de “comando e controle” para um sistema de mercado –, a possibilidade de alguém formar um quadro completo do que está acontecendo é pequena ou inexistente. No caso de um país menor, nossa ignorância não importaria tanto. No caso da China, é um tanto apavorante.<sup>68</sup>

É claro que o mais apavorante é que essa ignorância configurou a linha política de um país, os Estados Unidos, que tem capacidade para provocar o armagedon que esperam com alegria os grupos mais fanáticos de conservadores por contrarreação. O problema não é só o fato de que usar o conhecimento do presente e do passado para prever o futuro é sempre um empreendimento difícil e arriscado. O principal problema está, na verdade, no tipo de conhecimento mobilizado com esse objetivo. “A história chinesa”, observa Lyric Hughes Hale, “é pouco estudada nos Estados Unidos.” Muitos que falam sobre a China “distribuem alguns fatos numa pauta já bem desgastada” e, de modo muito conveniente, ignoram outros que não combinam com essa pauta<sup>69</sup>. Pior ainda: essa distri-

<sup>68</sup> Robert J. Samuelson, “Great Wall of Unknowns”, *The Washington Post*, 26/5/2004.

<sup>69</sup> Por exemplo, os que se queixam dos 2 milhões de empregos industriais perdidos nos Estados Unidos, sobretudo para a China, silenciam sobre os “muitos milhões a mais de chineses [que] perderam os seus no mesmo período, principalmente por causa da reestruturação das empresas pertencentes ao Estado”. E os que se queixam das violações de propriedade industrial na China esquecem muito convenientemente que leis semelhantes foram ignoradas no Japão até que as próprias empresas japonesas precisaram dessa mesma proteção (Lyric H. Hale, “It’s a Juggernaut...Not! The China of Our Imagination Bears No Resemblance to Reality”, *Los Angeles Times*, 22/5/2005).

buição de poucos fatos numa pauta bem desgastada também é evidente nos pressupostos que estão por trás das políticas norte-americanas para a China e das estratégias realistas alternativas já propostas e discutidas neste capítulo. Com exceção da estratégia de Kissinger, todas ignoram completamente a história chinesa e baseiam-se numa leitura bastante simplista da História ocidental. É claro que é necessário fazer uma leitura seletiva do passado para abrir caminho na grande muralha de incógnitas que cerca as possíveis consequências da ascensão da China. No entanto, qual leitura seletiva específica é mais útil para prever o que se pode ou não esperar é uma questão que não tem resposta fácil. É dessa questão que vamos tratar agora.